

## **Cobertura de Levantes Políticos na Folha da Noite – Revoltas de 1922 e de 1924<sup>1</sup>**

Caroline Braga de LIMA<sup>2</sup>

Célio José LOSNAK<sup>3</sup>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, SP

### **Resumo**

O presente trabalho visa explicitar de que forma o jornal Folha da Noite realizou coberturas da Revolta do Forte de Copacabana em 1922 e da Revolta de 1924 em São Paulo, ambos movimentos políticos de relevância para o cenário social e político do Brasil no início do século XX. O jornal analisado trazia como forte influenciador de sua posição editorial os princípios republicanos e liberais. Esses vieses se observam presentes nas escolhas de temas tratados e na linguagem utilizada.

**Palavras-chave:** História; política; imprensa; jornalismo.

### **Jornalismo e mídia impressa na década de 1920**

Este trabalho objetiva apresentar a cobertura feita pela Folha da Noite de dois movimentos expressivos da década de 1920: a Revolta do Forte de Copacabana, em 1922, e a Revolta de 1924 em São Paulo<sup>4</sup>. Ambos os movimentos estão inseridos em um período tumultuoso da história do Brasil, no qual o modelo político vigente era contestado por forças sociais, políticas, jornalísticas e militares. A fim de realizar tal análise, é preciso antes apresentar as características próprias do jornalismo produzido na Folha da Noite, bem como situar o veículo no modo de produção jornalístico do período.

A virada do século XIX para o XX foi um momento de importante transição do jornalismo: as notícias, antes produzidas de modo artesanal passaram a ser estruturadas de modo industrial; a informação passou a ter status de mercadoria e as redações jornalísticas, a serem organizadas como empresas. Sodré (1983) apresenta que tais mudanças foram possíveis devido ao avanço de tecnologias de impressão e fotografia, que proporcionaram aos jornais um aumento de capacidade técnica e um consequente aumento no número de tiragens.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação do 7º. semestre do Curso de Jornalismo da FAAC-UNESP, email: [caroline.bragalima@gmail.com](mailto:caroline.bragalima@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da FAAC-UNESP, email: [losnak@faac.unesp.br](mailto:losnak@faac.unesp.br)

<sup>4</sup> Essa temática é uma das vertentes da pesquisa de iniciação científica sobre História da Imprensa em São Paulo no início do século XX, que se encontra em andamento e sob financiamento da Fapesp.

O autor aponta também que os jornais do início do século XX tinham como principal pauta a política, afirmando: “a preocupação fundamental dos jornais nessa época, é o fato político” (SODRÉ, 1983, p. 277). É interessante ressaltar que, segundo o autor, não era feita distinção entre pessoa pública e privada no conteúdo dos jornais, por isso, quando um jornal criticava uma decisão política tomada por algum governante, suas falhas políticas eram vistas também como falhas de caráter. (SODRÉ, 1983)

Capelato (2003) analisa que as matérias veiculadas nos jornais do período podiam ser divididas em duas categorias: informativas - caso das notícias - e ideológicas - casos dos editoriais e artigos. Principalmente por meio das matérias ideológicas, Capelato (1991) situa os jornais da época como um anteparo entre o governo, abusivo, e o povo, rebelde em potencial. A autora define a imprensa como sendo então a opinião pública do período, portadora de dupla tarefa: deveria moralizar os governantes e implantar o espírito de ordem na população, educando os leitores em qual viés político seguir.

A autora estuda também a função pedagógica da imprensa, segundo a qual as instituições midiáticas acreditavam ser um de seus principais deveres ensinar à população quais eram os ideais corretos a seguir (CAPELATO, 1991). O interesse não era fomentar revoluções de caráter popular, mas, sim, instruir a população sobre como votar corretamente, por exemplo.

Segundo as teorias de ação política discutidas por Traquina (2002), os jornalistas são “servidores do público”, detentores da função de proteger a população dos abusos cometidos pelo poder. De acordo com o conceito de parcialidade abordado por essas teorias, as notícias devem refletir a realidade sem distorção (TRAQUINA, 2002). Citando estudos de Lichter, Rothman e Lichter, no entanto, Traquina (2002) apresenta que os jornalistas detêm parcialidades políticas e, por isso, “distorcem” as notícias que escrevem a fim de propagar suas opiniões.

Para Capelato (2003), a objetividade era um dos mais importantes traços do jornalista do início do século XX, juntamente com a neutralidade e com a imparcialidade. Pontua, no entanto, que essas características eram subordinadas ao posicionamento político-editorial do jornal, uma vez que dentre os vários fatos que o jornalista observava, somente os que condiziam com tal posicionamento seriam transformados em matérias e publicados (CAPELATO, 2003). A autora equipara o discurso de objetividade pregado pelos jornais, portanto, à uma técnica de manipulação do leitor, uma vez que aquele que consome a

notícia acredita estar lendo uma matéria imparcial sobre um fato, mas na verdade está consumindo a versão que condiz com os interesses do jornal.

Capelato (2003) analisa que, dessa maneira, o jornalismo da época ocultava seus interesses econômicos e políticos nos textos dos jornais, impossibilitando a constatação por parte do público de que os fatos publicados não eram relatos precisos, mas textos subjetivos, dependentes da visão do repórter. A partir disso, pode-se afirmar que não era possível atribuir objetividade absoluta ao texto jornalístico do período, uma vez que o conteúdo da imprensa era construído por indivíduos, e cada um destes imprimia sua subjetividade nas matérias.

Fruto das inovações sofridas pelo jornalismo nesse período, a Folha da Noite foi fundada em 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha. Ambos haviam trabalhado no jornal matutino O Estado de São Paulo, publicação de maior circulação em São Paulo da década de 1920, e, para atingir um público não contemplado pelo grande veículo, pensaram um jornal popular. A iniciativa foi bem recebida pelo leitorado e o jornal prosperou, inaugurando, inclusive, uma edição matutina em 1925, a Folha da Manhã. Sobre as razões do sucesso da Folha, Pinto (2012) diz:

“Houve ao menos três razões para o êxito do jornal. O primeiro deles foi a estratégia de aproveitar o vazio deixado pelo Estadinho no fim da tarde. O rádio ainda não era explorado comercialmente e a população dependia dos jornais vespertinos para ficar atualizada. [...] Ter como público alvo os trabalhadores urbanos foi a segunda chave do sucesso. [...] A terceira circunstância favorável foi o clima de efervescência e instabilidade política, que aumentava o interesse pelo noticiário.” (PINTO, 2012, p. 14-15)

Capelato e Mota (1981) apontam que em 1926, quando já era uma publicação estabelecida, o leitorado da Folha era composto em grande parte por funcionários públicos e de seguimentos ligados ao pequeno comércio. Segundo os autores, esse público encontrou no jornal um porta voz da ideologia “democratizante” e reformista, crítica aos abusos do governo.

Entre 1921 e 1924, a Folha da Noite era composta por cerca de oito páginas: as primeiras noticiosas e as duas ou três finais reservadas exclusivamente para anúncios, no entanto, propagandas podiam vir também intercaladas entre as matérias jornalísticas. Era diagramada em seis colunas nas páginas noticiosas e apresentava extenso uso de fotografias e charges, principalmente considerando-se que a tecnologia fotográfica havia chegado recentemente ao país (SODRÉ, 1983).

Algumas seções figuravam em todas as edições, sem tamanho ou localizações fixas, no entanto. Era o caso de: “Pela Sociedade”, seção na qual eram publicados aniversários, óbitos e casamentos de personalidades relevantes da cena paulistana da época; “Diversões”, que publicava a programação cultural do dia, como peças de teatro e seções de cinema; “Secção Comercial” publicava a cotação da bolsa de valores, a cotação do preço do café e demais informações econômicas; “A Justiça”, reservada para publicação de notas sobre processos judiciais e julgamentos, principalmente locais, e “Vida Esportiva”, que como o nome já explicita, publicava notícias e notas de diversos esportes, como futebol, voleibol, basquetebol e tênis, além de resumos de campeonatos. Em fevereiro de 1922 foi inaugurada uma nova seção, “Figurino”, publicada nas quintas feiras, tinha o público feminino como principal alvo; apresentava dicas de moda e de corte e costura, acompanhadas de desenhos de manequins trajando os modelos de roupas sugeridos.

Capelato e Prado (1980) analisam que um dos traços característicos desde a criação da Folha da Noite, e posteriormente adotado pela Folha da Manhã, era o zelo com a distinção dos veículos e com a qualidade da empresa. As autoras dizem, provavelmente, ser essa uma tentativa de obter credibilidade: os jornais não eram apenas disseminadores de interesses comerciais e propagandas, mas sim de notícias e fatos. Para as autoras, na época em que as Folhas surgiram, com o país tomado pela ideologia oligárquica, um projeto não voltado nem produzido pela elite representou de fato uma iniciativa inovadora. (CAPELATO e PRADO, 1980).

Apesar de almejar diferentes públicos, a Folha da Noite e O Estado de São Paulo defendiam o mesmo modelo político. Segundo Capelato e Prado (1980), O Estado de S. Paulo considerava o modelo político liberal “ideal” para o país, segundo o qual a divisão dos três poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário seriam garantias à liberdade. Um Legislativo atuante, acreditavam, impediria o perigo do fortalecimento do Executivo (CAPELATO e PRADO, 1980).

Os criadores da Folha da Noite e da Folha da Manhã eram declaradamente liberais e, por esse motivo, suas ideologias influenciaram o modo de fazer jornalismo de ambas as publicações. A missão, autoproclamada, dos dirigentes e do corpo editorial desses jornais, era passar as ideias moralizantes e liberais que tinham em relação à política para seu leitorado. Essa passagem de ideologias estava presente em todos os processos jornalísticos das *Folhas*: desde a escolha de temas, durante a elaboração das matérias e escolha de que viés abordar e qual linguagem usar, até o consumo do produto jornalístico pelo público.

Analisando especificamente o jornalismo produzido na Primeira República, Capelato (2003) identifica o Brasil do período com uma estrutura partidária frágil, o que fazia com que a imprensa atuasse como formadora de opinião política. Na década de 1920, continua Capelato, a insatisfação com o Governo era generalizada dentro da grande imprensa, e essa uniu-se para questionar os poderes estabelecidos. Uma vez que a grande imprensa agia segundo os ideais republicanos e liberais, eram justamente esses os ideais que pretendiam passar em suas matérias e editoriais, retratando-os como soluções para os problemas políticos do Brasil (CAPELATO, 1991).

### **Cenário político na Primeira República**

O Brasil do início do século XX vivia sua primeira experiência republicana, que durou de 1889 a 1930. A característica mais marcante da política exercida no período foi a intercalação de governantes entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. Esse monopólio exercido pelas oligarquias paulistas e mineiras enfrentou oposição das oligarquias dos demais estados bem como dos setores contrários à concentração de poder.

Na década de 1920, o Brasil era um país essencialmente agrário, tendo no café seu produto de maior valor, no entanto, o poder das indústrias crescia e com ele o tamanho e a importância das cidades. Fausto (1989) analisa, então, que o início do século XX foi uma época de tensão entre os setores agrícolas e industriais no Brasil. Essa tensão era mais pronunciada nos grandes centros urbanos, possuidores de maior contingente populacional e maior industrialização e, por consequência, de maiores problemas de abastecimento e infraestrutura. Por esses motivos, Rio de Janeiro – capital federal - e São Paulo - cidade com maior contingente populacional da União – foram os principais centros de tensões sociais e políticas.

Para Fausto (1989), o fator econômico é um dos principais influenciadores dos movimentos políticos eclodidos na década de 1920. Em última análise, as disputas políticas da Primeira República explicam-se pela oposição entre setor agrário, interessado no mercado externo, e burguesia, interessada no fortalecimento do mercado interno (FAUSTO, 1989).

Carone (1983) analisa que a oposição dos grandes estados foi se intensificando ao longo da Primeira República, juntamente com a oposição do Exército, que criticava a ordem política oligárquica vigente. Na década de 1920, em meio a esse cenário de intensa agitação política e social, surge o movimento de contestação mais significativo do período: o

tenentismo. Composto basicamente por militares de baixas patentes, o movimento defendia o liberalismo, a democracia e a moralização. Os tenentes eram contrários à corrupção, visavam uma reforma constitucional que impedisse a ação das oligarquias e trouxesse critérios mais justos ao cenário político nacional. Além disso, visavam à implantação do voto secreto e de uma reforma no sistema educacional público do país. Foi a ideologia tenentista o principal alicerce das revoltas eclodidas em 1922 e em 1924.

Segundo Fausto (1989), uma das principais características da ideologia tenentista era a auto-identificação dos tenentes com salvadores da pátria e responsáveis por guardarem a pureza das instituições republicanas. Afirma o autor que os militares tenentistas consideravam somente a elite - da qual o Exército fazia parte – competente na missão de civilizar e mudar o Brasil. Dessa maneira, os tenentes não acreditavam que a população seria capaz de moralizar o Governo; por isso, os movimentos tenentistas da década não só não tiveram caráter popular, como também não apresentaram articulações civis relevantes (FAUSTO, 1989).

Fausto (1989, p. 63) faz uma análise crítica do movimento tenentista, principalmente quando considera a articulação dos militares no início dos anos 1920, afirmando: “o tenentismo da primeira fase pode ser definido como um movimento voltado para o ataque jurídico-político às oligarquias, com um conteúdo centralizador, ‘elitista’, vagamente nacionalista”. A importância do tenentismo nesse período da história política do Brasil, no entanto, é inegável, uma vez que foi a principal força motriz por trás dos principais movimentos de contestação do período.

### **Cobertura de Movimentos Políticos na Folha da Noite**

Veículo pautado nos ideais republicanos e atuante no conturbado período político por que passava o Brasil no início do século XX, a Folha da Noite teve em seus quatro primeiros anos de atuação coberturas políticas como o principal foco<sup>5</sup>. Dentre os acontecimentos, destacam-se dois levantes pautados nos ideais tenentistas: a Revolta do Forte de Copacabana em 1922 e a Revolta de 1924 em São Paulo. Independentes de partidos políticos, ambos tinham como principal objetivo a contestação do Governo estabelecido e da ordem vigente, podendo, dessa maneira, serem analisados como movimentos políticos. Assim é definido “movimento político” no Dicionário de Política:

<sup>5</sup> Alguns títulos: “O PRP e a opinião publica”, 28 fev. 1921, p. 1; “As candidaturas”, 4 ago. 1921, p. 1; “Agitações no Rio”, 15 out. 1921, p. 2; “Agitações no Rio”, 19 out. 1921, p. 2; “Agitações no Rio”, 20 out. 1921, p. 3; “A campanha presidencial”, 10 nov. 1921, p. 1; “Greve dos estivadores”, 16 mar. 1921, p. 1; “Greve no Rio”, 11 abril, 1921, p. 3; “Greve no Rio”, 16 abril, 1921, p. 3; “Revolta no Acre”, 20 ago, 1921, p. 2.

“Uma correta definição de Movimento político tem de levar em conta ambos os elementos da expressão. "Movimento" se distingue especificamente de partido e indica a não institucionalização de uma ideia, um grupo, uma atividade. "Político" se refere aos objetivos do movimento, à sua atuação na área das decisões coletivas, ao seu empenho em questionar os detentores do poder de Governo e em influir nos processos decisórios”.  
(BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, 1998, p. 783)

A fim de analisar as revoltas acima citadas é importante antes tratar de seus antecedentes. Desde 1919 o presidente brasileiro era Epitácio Pessoa e, para seu sucessor nas eleições de 1922, seguiu a política de intercalação de governos indicando o mineiro Arthur Bernardes, o que não foi aceito pelos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Essa coligação opositora lançou em resposta Nilo Peçanha como candidato.

Peçanha contava também com o apoio do exército, devido a um incidente ocorrido no ano anterior. Em 1921, foram publicadas no jornal *Correio da Manhã* cartas atribuídas a Arthur Bernardes. Nessas correspondências incriminadoras, Bernardes fazia insultos às Forças Armadas e ofensas pessoais ao Marechal Hermes da Fonseca – presidente do país de 1910 a 1914 e, na época do escândalo, Presidente do Clube Militar. Apesar das cartas terem sido provadas falsas, o episódio gerou uma profunda crise entre Governo e Exército.

### **1. Revolta do Forte de Copacabana**

Resultado desse instável período político foi a Revolta eclodida no Forte de Copacabana em 1922. Como medida emergencial contra o exército – que cogitava o nome do Marechal Hermes da Fonseca como candidato à presidência, impedindo a posse de Arthur Bernardes - o presidente Epitácio Pessoa decretou a prisão do Marechal no dia 3 de julho de 1922. O Capitão Euclides Hermes da Fonseca, comandante do Forte de Copacabana e filho do marechal, anunciou, então, o desejo do forte de se revoltar. (SILVA, 1971). Hermes da Fonseca foi contrário à decisão, segundo Silva, afirmando que acreditava ser inútil o Forte levantar-se sozinho. Apesar da oposição do próprio Marechal, a revolta foi marcada para a madrugada do dia 5 de julho.

Antes da eclosão do movimento, a crise entre Marechal Hermes e Bernardes foi tema recorrente<sup>6</sup> na cobertura da Folha da Noite. Foram veiculadas matérias situando os leitores na situação de crise, fazendo um histórico de como começaram as desavenças e

---

<sup>6</sup> Alguns títulos: “A política e o exército”, Folha da Noite, São Paulo, 1 jul. 1922, p. 4; “A política e o exército”, Folha da Noite, São Paulo, 3 jul. 1922, p. 1. “Situação revolucionária”, Folha da Noite, São Paulo, 4 jul. p. 1.

apresentando o Club Militar – associação vinculada às Forças Armadas - como uma força de apoio à Hermes da Fonseca. Com a prisão do marechal, uma matéria de capa relatou os eventos que levaram ao decreto de prisão de Hermes, apresentando também a pressão que estava sendo feita pelo Club Militar para que o marechal fosse solto.

O destaque mais interessante, porém, foi uma nota sem título<sup>7</sup> que apresentou a situação de forma muito mais crítica e mais condizente com a posição política do jornal. O texto afirmava que a prisão de Hermes foi um bom ensinamento aos revolucionários que defendiam mudança política e anarquia - “balelas” segundo o jornal. O posicionamento antirrevolucionário e essencialmente reformista do periódico fica muito claro no trecho:

“Porque afinal de contas é sempre preferível a hegemonia mineira na política, com todos os seus defeitos de rotina (...) a uma rebelião armada com o fim de se colocar ao poder, por modo tão condenável, mesmo o mais puro dos homens”.<sup>7</sup>

No dia da eclosão, a cidade do Rio de Janeiro sofreu bombardeios provenientes do Forte (SILVA, 1971). Silva (1971) narra que, juntamente com o forte, a Escola Militar e o 15º Regimento de Cavalaria se rebelaram. No entanto, quando ao final do dia 5 o forte hasteou a bandeira branca para tentar negociar um acordo de paz com as forças do governo, tanto a Escola quanto o 15º Regimento já haviam se rendido. As condições de cessar fogo dos tenentes não foram aceitas pelas forças legalistas e o forte continuou resistindo sozinho. (SILVA, 1971)

A primeira página da Folha da Noite do dia 5 de julho de 1922 não apresentou matéria alguma que tratasse do levante. No interior<sup>8</sup> do jornal, por outro lado, foram publicadas uma série de notas oficiais narrando os atos acontecidos no Rio de Janeiro: desde os bombardeios feitos pelos tenentes revoltosos no forte, até a reação do governo, que reprimia a revolta também com forças armadas. Todas as notas constavam como obtidas de fontes oficiais e garantiam que as forças do governo estavam no controle da situação.

No dia 6, os últimos resistentes - vinte e sete tenentes - saem armados e marchando do Forte de Copacabana. No início não se deparam com forças legalistas e Otávio Correia, um civil, decide se juntar à marcha. É encontrada resistência e um tiroteio travado; vinte e sete dos revoltosos são mortos ou feridos, sobrevivendo apenas o tenente Eduardo Gomes. Euclides Hermes também sobrevive, uma vez que não estava com os demais tenentes nos últimos momentos da resistência.

---

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_. Folha da Noite, São Paulo. 3 jul. 1922, p. 2.

<sup>8</sup> “A Revolução no Rio”. Folha da Noite, São Paulo. 5 jul. 1922, p. 3.



Os militares envolvidos diretamente na Revolta sofreram punições: foram despojados de suas armas e títulos e julgados por seus crimes; todos foram condenados e, a maioria, presos. Marechal Hermes da Fonseca e seus parentes militares também tiveram suas prisões decretadas. A eclosão do movimento em Copacabana propiciou ao governo central tomar medidas que visassem coagir movimentos de caráter revolucionário no futuro. Desse modo, foi decretado Estado de Sítio, situação que perdurou pelos próximos quatro anos.

O conflito também teve seu desfecho e consequências cobertos pela Folha. Dia 6 dedicou uma página<sup>9</sup> para o assunto; foi noticiada uma crítica “ao velho exército”, na qual o corpo editorial da Folha não podia deixar de lembrar e “de aplaudir a energia do sr. Epitácio Pessoa, no ato em que mandou prender o marechal Hermes da Fonseca e fechar o Club Militar”. Foi publicado também uma seção<sup>10</sup> que tratou especificamente da votação do Congresso Nacional a respeito da instalação de estado de sítio no país. O jornal não criticou o pedido do presidente, concentrou-se em noticiar os nomes de jornalistas presos devido à suspensão de garantias constitucionais no Distrito Federal e no estado do Rio, concedida pelo Congresso após pedido de Pessoa.

O editorial da edição seguinte<sup>11</sup> é o primeiro que tratou especificamente da Revolta. O tom utilizado pelo corpo editorial é analítico; parabenizaram a ação das forças legalistas contra os tenentes revoltosos:

“Estavamos bem avisado quando hontem afirmávamos que os verdadeiros causadores das desgraças nacionais, isto é, os pertencentes à grei da politicalha, ainda iriam sofrer em virtude da energia, um pouco tardia, das autoridades constituídas”.<sup>11</sup>

No entanto, a Folha julgou que as ações tomadas pelo governo foram moderadas e que os militares que se rebelaram mereciam punição mais dura:

“Os telegrammas informam que os maioraes do exercito, os que se destacaram na ignóbil campanha presidencial, taes como os Barbados, os FONSECAS e outros, não participaram da sedição, não devendo, por consequente, ser punidos como deveriam. E o inquérito que se abrir a esse respeito – podem ter certeza os leitores – dará efeito completamente negativo”.<sup>11</sup>

Seção<sup>12</sup> do dia 12 foi a primeira a apresentar encaminhamentos do levante. Noticiou, juntamente com diversas notas de outros temas, a prisão e interrogação de Hermes da

---

<sup>9</sup> “A Revolução no Rio”. Folha da Noite, São Paulo. 6 jul. 1922, p. 6.

<sup>10</sup> “As notícias de hoje”. In: “A Revolução no Rio”, *Folha da Noite*, São Paulo. 6 jul. 1922, p. 3.

<sup>11</sup> “Lamentavel”. *Folha da Noite*, São Paulo. 7 jul. 1922, p.1.

Fonseca Filho<sup>13</sup> e o falecimento “no Hospital do Exército o tenente Newton de Prado, um dos defensores do forte Copacabana”<sup>14</sup>. Quanto à última nota, é interessante notar que apesar das críticas feitas pelo jornal ao movimento – e, conseqüentemente, aos tenentes que dele participaram -, não foi utilizado no texto adjetivos negativos em referência ao tenente Prado, preferiram chamá-lo de “defensor” do forte de Copacabana.

Matéria subsequente<sup>15</sup> abordou mais uma vez o tenente, tratando dessa vez a chegada do corpo à São Paulo, a reação dos familiares e amigos e, o enterro do “venturado tenente Newton Prado”. A linguagem utilizada continua a ser respeitosa, não criticando as ações do tenente no levante de Copacabana.

Ao mesmo tempo em que criticou ações isoladas de mudança de governo – caso da Revolta -, a Folha da Noite continuou a atacar a ordem oligárquica. A matéria de maior expressão foi um editorial<sup>16</sup> que tratou da prorrogação do estado de sítio decretado por Epitácio Pessoa depois do desfecho do levante de Copacabana. O jornal deixou muito claro sua posição: contrário ao aumento do período de exceção, considerado por ele um abuso do Governo:

“O que se desprende da prensa, com que foi aprovado, pelo Legislativo, a inexplicável prorrogação do sítio até o fim do ano é que o governo federal está com medo. Os ‘governos fortes’, no Brasil, são assim mesmo: só podem agir e administrar numa atmosfera, para o povo irrespirável. A discussão e a liberdade os acabrunham e os acovardam”.<sup>16</sup>

A Folha da Noite foi enfática em sua oposição, e publicou no editorial em questão que o aumento do estado de sítio foi um golpe desferido não só contra o militarismo, mas contra “todos que pensam na nossa pátria. É contra liberdade, é contra a democracia, é contra os princípios pregados, é contra o patriotismo puro”.<sup>16</sup>

## 2. Revolta de 1924 em São Paulo

A insatisfação com o governo oligárquico continuou muito presente, mesmo dois anos depois do levante do Forte de Copacabana. Os tenentes, ainda apoiados em ideais moralizantes e liberais, objetivaram uma nova revolta, cujo objetivo era tomar São Paulo das forças oligárquicas e, com esse importante centro econômico e administrativo dominado, iniciar levantes por todo o território nacional. O objetivo dos tenentes era utilizar

<sup>12</sup> “A situação político militar”. *Folha da Noite*, São Paulo. 12 jul. 1922, p. 3.

<sup>13</sup> “Hermes da Fonseca Filho”. In: “A situação político militar”. *Folha da Noite*, São Paulo. 12 jul. 1922, p.3.

<sup>14</sup> “Falecimento do tenente Prado”. In: “A situação político militar”. *Folha da Noite*, São Paulo. 12 jul. 1922, p. 3.

<sup>15</sup> “A chegada do corpo do tenente Newton Prado – o enterro”. In: “A situação político-militar”. *Folha da Noite*, São Paulo. 13 jul. 1922, p. 2.

<sup>16</sup> “A truculência das oligarchias”. *Folha da Noite*, São Paulo. 29 jul. 1922, p. 1.

o elemento surpresa e ocupar São Paulo em poucos dias; expandiriam, então, o movimento rebelde pelo país, derrubando os governos oligárquicos de todo o território nacional. Houveram, no entanto, dificuldades de articulação entre os diversos grupos dispersos pelo país, o que fez com que no dia do início do movimento, poucos quartéis estivessem atuantes.

Em homenagem ao movimento frustrado de dois anos antes, no dia 5 de julho de 1924 unidades rebeldes do Exército e da Força Pública de São Paulo, a milícia estadual, (COHEN, 2006) deram início à revolta. A primeira ação dos tenentes foi tomar pontos estratégicos, como o edifício do Telégrafo Nacional, alguns postos policiais e algumas estações das estradas de ferro (CORRÊA, 1976). A resposta do governo foi imediata, com bombardeios e embates entre forças legalistas e rebeldes constantes até o dia 9 de julho, quando o presidente do Estado – atual governador - saiu da cidade sitiada (CORRÊA, 1976).

Esse vazio de poder deixado pelas autoridades estaduais abriu espaço para uma atuação efetiva do poder municipal. Corrêa (1976) discute que a Associação Comercial da cidade teve seu poder aumentado, uma vez que era o único órgão que tinha posição definida e tomou a iniciativa de tentar uma aproximação com os militares rebeldes. No dia 10 de julho com autorização das autoridades municipais, os tenentes divulgaram um manifesto nos jornais, no qual explicavam porque haviam tomado a cidade e quais eram seus objetivos - Esse manifesto não circulou na Folha da Noite. Cohen (2006, p. 45-46) discute que nesse documento, o movimento era definido como “um gesto de indignação e patriotismo [...] de caráter nacional, visa mudar completamente a situação do governo da República e dos Estados onde isso for necessário à execução do programma revolucionário”.

Em 27 de julho, após vinte e três dias de intenso combate, as forças rebeldes, já bem fragilizadas, decidem abandonar São Paulo e seguir para o interior; deixam uma cidade bombardeada e quinhentas vítimas fatais. Após a retirada dos militares, um município ainda bastante fragilizado pelos embates, comemorou o fim das lutas e a volta do presidente do estado (COHEN, 2006).

A Folha da Noite cobriu o movimento em sua eclosão, no entanto a edição do dia 5 foi a última produzida no mês de julho. Isso ocorreu uma vez que as prensas d'O Estado de São Paulo – também utilizadas pela Folha para a impressão de suas edições – foram danificadas pelos bombardeios em São Paulo (COHEN, 2006). Com a manchete

“Movimento Revoltoso” em letras garrafais, o jornal tratou do levante em toda a primeira página<sup>17</sup> da edição do dia 5:

# MOVIMENTO REVOLTOSO

As tropas da guarnição federal revoltam-se – Adesão de varios batalhões da Força Publica – Assalto ao Palacio dos Campos Elyseos – Os canhões de Sant’Anna atiram contra o Palacio de Campos Elyseos – Tomada do Telegrapho Nacional e da Estação da Luz pelos sediciosos – Prisão de officiaes de policia, do general Abilio de Noronha e do dr. Antonio Lobo – A igreja do Coração de Jesus attingida por granadas – Numerosos feridos – O governo federal toma providencias para debellar o movimento – Remessa de marinheiros para S. Paulo – Aviso ao publico – Interrupção do serviço de bondes – Os trens não partem de São Paulo – Não chegaram os comboios do Rio - O telephone e o telegrapho trancados – Outras no

Figura 1: Folha da Noite, São Paulo, 5 jul. 1924. p.1

A Folha da Noite volta a ser impressa em agosto e até o dia 15 do mesmo mês, o editorial ou uma matéria de capa receberam o título “A normalidade em S. Paulo”. Ao longo do mês de agosto, o jornal continuou a noticiar os efeitos da revolta em São Paulo, no entanto o espaço reservado para a seção que tratava da recuperação da cidade diminuiu gradativamente. No dia primeiro ocupava quatro das seis colunas da página de capa, enquanto que no dia 30, apenas meia coluna na primeira página, por exemplo.

O editorial<sup>18</sup> da primeira edição do mês, fez uma reflexão sobre a revolta transcorrida na cidade. O corpo editorial afirmava ser comum, ao longo da história da humanidade, o povo transformar suas revoltas políticas e sociais em revoluções, no entanto, a rebelião “contra os sistemas precários da política do país” nunca deve ser feita por homens armados e disparando canhões. Nesse trecho estava presente uma crítica ao exército e à quebra de hierarquia ao se rebelarem; além disso, evidenciava a preocupação do jornal com a cidade de São Paulo, uma vez que as maiores casualidades dos tiros dos canhões dos tenentes foram os patrimônios da própria cidade.

Durante a ocupação em 1924, José Carlos Macedo Soares era presidente da Associação Comercial de São Paulo e, nessa posição, negociou com os tenentes revoltosos

<sup>17</sup> “Movimento Revoltoso”. *Folha da Noite*, São Paulo. 5 jul. 1924, p. 1.

<sup>18</sup> “Horas sombrias”. *Folha da Noite*, São Paulo. 1 ago. 1924, p. 1.

a fim de que a ocupação interferisse o mínimo possível na economia da cidade. Tornou-se, assim, uma figura proeminente, no entanto, com o desfecho da Revolta, a retirada dos tenentes e a vitória das forças do governo, Soares foi acusado de cooperar com os revoltosos. Foi preso em agosto de 1924 e exilado em Paris em setembro do mesmo ano. (COHEN, 2006)

No dia 5 de julho de 1927, porém, regressa à São Paulo e tem sua volta noticiada pela Folha da Noite. Seus esforços para resguardar o patrimônio econômico de São Paulo não foram esquecidos. Matéria<sup>19</sup> do dia seguinte à sua volta teve espaço de destaque na primeira página do jornal:

“Apenas desembarcando, o povo que se achava na plataforma da estação acorreu de braços abertos para acolher o ilustre recém-vindo. O dr. Macedo Soares se viu, de um momento para o outro, carregado nos ombros de seus admiradores, e assim foi conduzido até o largo fronteiro à estação, onde as aclamações eram incessantes”<sup>20</sup>

### **Considerações finais**

Apoiando-se em ideais republicanos e liberais, o corpo administrativo-editorial da Folha da Noite defendia um Estado moralizado, organizado, mas não interventor, que respeitasse as leis do mercado e não interferisse na política dos estados da união. A influência desses ideais pôde ser percebida em todo o modo de fazer jornalismo do veículo: a escolha de pautas e da diagramação da notícia ou nota na página, eram feitas considerando-se o modo mais eficaz de introduzir os princípios liberais em seu leitorado.

Outra posição reforçada ao longo de toda a análise foi o reformismo do jornal. A Folha da Noite era aberta e enfática nas críticas feitas tanto à ordem vigente quanto aos políticos da época, exigindo mudanças. A partir do momento de eclosões de revoltas que tinham justamente esses objetivos, porém, o jornal é rápido em qualificar tais movimentos como “rebeldes” e em parabenizar as forças do governo, que lutavam para o reestabelecimento da ordem. Para o corpo editorial da Folha da Noite não havia nada pior para o país do que o governo oligárquico, a não ser revoltas e revoluções que modificassem, ou pior acabassem, com a ordem. É interessante pontuar, porém, que apesar de críticos aos movimentos, a Folha em momento algum personalizou a culpa – não atacou ou criticou tenentes específicos, por exemplo.

---

<sup>19</sup> “Dr. J. C de Macedo Soares”. *Folha da Noite*, São Paulo. 6 jul. 1927, p. 1.

Ao cobrir de modo extenso os movimentos tenentistas em si, bem como seus desdobramentos e consequências, o jornal reafirmou não só sua posição crítica e política, mas também sua função jornalística e informativa. Sobre o papel do jornalista no século XX, Traquina (2005) afirma ser de mediador, tendo duas funções: porta voz da opinião pública e vigilante do poder político. Enquanto veículo relevante no período, a Folha da Noite atuou de acordo com esse pensamento, uma vez que demonstrou acreditar ser sua função dar voz ao que acontecia na sociedade – coberturas das revoltas -, mas sempre reafirmando sua posição crítica perante o governo.

Souza (2002) defende a ideia de que o leitorado é um público heterogêneo, no entanto, afirma que a notícia é capaz de causar efeitos afetivos, comportamentais e cognitivos em sua audiência. A partir da análise, é possível afirmar que a Folha da Noite utilizou suas páginas para noticiar as revoltas, sim, mas sempre de acordo com a ótica liberal e republicana. Dessa maneira, o intuito não era somente informar, mas também disseminar a mensagem política defendida pelo jornal.

### **Referências bibliográficas:**

#### **Imprensa:**

Folha da Noite. São Paulo. 1921-1924. Diário.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política, Vol. 1.** 11ª edição. Editora UnB, 1998.

COHEN, I. S. **Bombas sobre São Paulo, A Revolução de 1924.** Editora Unesp, 2006.

CAPELATO, M. H. **O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade imprensa paulista (1920-1945).** Revista Brasileira de História. Política & Cultura. São Paulo. v.12, n.23/24, p.55- 75, set 91/ago.92.

CAPELATO, M. H. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: Camilotti, Virgínia C; NAXARA, Marica Regina Capelari.; SILVA, Fernando Teixeira da. **República, Liberalismo, Cidadania.** Piracicaba: Editora Unimep. 2003. p. 139-150.

CAPELATO, M. H.; MOTA, Carlos G. **História da Folha de S. Paulo: 1921-1981.** São Paulo: IMPRES, 1981.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino.** Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Omega. 1980.

CARONE, E. **A República Velha II: Evolução Política (1889 – 1930).** São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 4ª Ed, 1983.

CORRÊA, A. M. M. **A rebelião de 1924 em São Paulo.** Editora Hucitec, 1976.

FAUSTO, B. **A revolução de 30**. 12ª ed, Editora Brasiliense, 1989.

PINTO, A E. de S. **Folha pela Folha**. São Paulo: Publifolha. 2012.

SILVA, H. **1922, sangue na areia de Copacabana**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

SODRÉ, N. W. **A História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1983.

SOUZA, J.P. **Construindo uma teoria do jornalismo**, 2002. [www.bocc.ubi.pt/](http://www.bocc.ubi.pt/)

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. V.1. 2. ed. Florianópolis: Insular. 2005.